

A América Latina tão longe de “Deus” e tão perto dos Estados Unidos da América: a política externa estadunidense como entrave para o desenvolvimento da América do Sul em Eduardo Prado e Manoel Bomfim

Patrick Silva dos Santos*

Resumo

O presente artigo busca apontar os entraves para o desenvolvimento autônomo do continente sul-americano, explorando as formulações de dois intelectuais do Pensamento Social Brasileiro: o médico sergipano, Manoel Bomfim (1868 – 1932) e o jurista paulista, Eduardo Prado (1860 – 1901). Ambos intelectuais apontaram em seus primeiros trabalhos histórico-sociológicos: *A Ilusão Americana* (publicado por Prado em 1893) e *A América Latina: males de origem* (publicado por Bomfim em 1905) elementos reflexivos pertinentes para se pensar nas dimensões do *imperialismo* praticado pelos Estados Unidos da América, junto às ex-colônias de exploração europeias ao sul do continente como um elemento que no passado, ainda que articulado a outros elementos, constitui-se chave explicativa importante para se refletir sobre determinados desajustes internos nestas repúblicas libertas de suas metrópoles primeiras, mas, que nunca estiveram realmente livres da ameaça vizinha ao norte do continente. O objeto central do artigo é fazer uma comparação entre os postulados de ambos intelectuais cujas reflexões supracitadas foram desenvolvidas nas primeiras décadas de nossa Primeira República. Desta forma, as suas reflexões sobre o imperialismo norte-americano nos orientam para elucidar semelhanças e diferenças em suas reflexões e para pensar criticamente as possibilidades de desenvolvimento da América Latina sem ingerências externas.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; Eduardo Prado; Imperialismo; América Latina; Pensamento Social Brasileiro.

Abstract

The present article seeks to point out the obstacles to the autonomous development of the South American continent, exploring the formulations of two intellectuals of Brazilian Social Thought: the Sergipe physician, Manoel Bomfim (1868-1932) and the jurist from São Paulo, Eduardo Prado (1860-1901). Both intellectuals pointed out in their first historical-

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre (2017) em Sociologia pela mesma instituição e graduado em Ciências Sociais pelas Faculdades Integradas Campograndense (FIC). E-mail: patricksds@id.uff.br

sociological works: *The American Illusion* (published by Prado in 1893) and *The Latin America: evils of origin* (published by Bomfim in 1905) relevant reflective elements to think about the dimensions of the US imperialism of America, together with the former colonies of European exploration to the south of the continent as an element that in the past, although articulated with other elements, constitutes an important explanatory key to reflect on certain internal maladjustments in these liberated republics of its first metropolis, but that they were never really free of the neighboring threat to the north of the continent. The central object of the article is to make a comparison between the postulates of both intellectuals whose reflections were developed in the first decades of our First Republic. In this way, his reflections on US imperialism guide us to elucidate similarities and differences in his reflections and to think critically about the possibilities of development in Latin America without external interference. **Key-words:** Manoel Bomfim; Eduardo Prado; Imperialism; Latin America; Brazilian Social Thought.

Introdução

Após os movimentos de independência ocorridos em todo o continente sul-americano, as nacionalidades egressas do sistema de exploração colonial viram-se diante de novos desafios internos e externos, o que, em alguma medida, representava a dificuldade destas jovens repúblicas de desenvolverem-se de modo autônomo. As formulações de Manoel Bomfim e de Eduardo Prado, ainda que com um maior enfoque no caso brasileiro, refletiram sobre importantes elementos que orientassem uma maior compreensão do problema enfrentado por estas nações. Ainda que os caminhos apontados por ambos sejam distintos, do ponto de vista da superação dos entraves, refletiam sobre questões como: como conservar a autonomia dos países latino-americanos diante do norte do continente, onde havia uma nação com uma política externa bem articulada para propiciar um controle político, econômico e ideológico sobre as repúblicas latino-americanas? Como criar um pacto nacional entre elites dirigentes que possuíam desprezo pelos seguimentos populacionais subalternizados? Os países da América Latina deveriam se aliar ou traçar uma cooperação entre si para preservar sua autonomia diante da estratégia estadunidense? São reflexões como essas que nos permitem estabelecer um estatuto de comparação entre estes dois intelectuais de filiações político-ideológicas distintas. Em comum, ambos negaram o *Pan-americanismo* (Prado, 1980; Bomfim, 1905) e

procuraram desvelar os verdadeiros interesses mascarados por trás da declaração contida na Doutrina Monroe.

Eduardo Prado nasceu na cidade de São Paulo em 1860, onde se formou jurista pela Faculdade de Direito. Filho do fazendeiro paulistano e deputado provincial, Martinho da Silva Prado e de Veridiana da Silva Prado. Eduardo Prado era neto de Antônio da Silva Prado, o barão de Iguape, vereador em São Paulo no período entre 1853 a 1856 (Motta Filho, 1967). Como se pode notar, Eduardo Prado advinha de uma ilustre família da aristocracia agrária paulista (Motta Filho, 1967; Felgueiras, 2001). Seus irmãos ocuparam importantes posições na política institucional brasileira, tanto no Império, quanto na República. Seu irmão Antônio da Silva Prado no período do Império foi deputado geral, senador, ministro dos Estrangeiros e ministro da Agricultura; na República, foi prefeito de São Paulo entre 1899 e 1911; Martinho da Silva Prado foi deputado federal de 1891 a 1893 e constituinte de 1891 e, por fim, Antônio Caio da Silva Prado foi nomeado, em 1887, presidente da província de Alagoas e no ano seguinte, presidente da província do Ceará (Motta Filho, 1967).

Eduardo Prado comentava política internacional e redigia críticas literárias no jornal *Correio Paulistano*, na época que ainda cursava a faculdade de direito. Por meio do convite de seu amigo Eça de Queirós, Prado se tornou colaborador da *Revista de Portugal*, na qual escrevia sobre o Brasil. Já em 15 de novembro de 1889, dia em que foi proclamada a República no Brasil, Eduardo Prado, ainda na Europa, começou a combater o novo regime em sua coluna na revista portuguesa (Motta Filho, 1967). O conservador Eduardo Prado (Oliveira, 2015) fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e também da Academia Brasileira de Letras (ABL), da qual participou desde a fundação. Em 1893, publicou o primeiro livro apreendido pela polícia republicana, *A Ilusão Americana* (Motta Filho, 1967).

Já Manoel José do Bomfim nasceu no ano de 1868, na cidade de Aracaju, na província de Sergipe, filho de Maria Joaquina do Bomfim e de Paulino José do Bomfim, um respeitado comerciante e dono de engenho de Aracaju, que havia sido vaqueiro durante a infância. Em 1891, Manoel Bomfim casou-se com a jovem portuguesa Natividade Aurora de Oliveira e com ela teve dois filhos: Maria, que veio a falecer em

1894, com um ano e dez meses de idade, vitimada por uma epidemia de tifo e Aníbal, nascido em agosto do mesmo ano (Aguiar, 2000).

Manoel Bomfim foi um importante intelectual brasileiro atuante no período da chamada Primeira República. Médico de formação, Manoel Bomfim pouco exerceu a profissão por conta do seu desapontamento pessoal com a impossibilidade de salvar sua filha Maria (Aguiar, 2000). Bomfim fez seus estudos em Medicina em duas prestigiadas instituições de ensino brasileiras: na Faculdade de Medicina da Bahia, instituição na qual ingressou em 1886, e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para onde se transferiu em 1888 e se formou dois anos mais tarde. Em 1902, quando foi montada uma comissão pedagógica nomeada pela prefeitura do Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro) da qual fazia parte, Manoel Bomfim foi para Paris, onde doutorou-se em psicologia na Sorbonne sob a orientação de Alfred Binet (Aguiar, 2000; Alves Filho, 2013; Gontijo, 2003; Oliveira, 2015; Santos, 2017).

Apesar de sua formação, Manoel Bomfim se notabilizou por sua atuação no campo educacional da Primeira República, período em que ocupou diversos cargos de importância: em 1896, foi nomeado subdiretor do *Pedagogium* pelo prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida, tendo sido efetivado como diretor geral dessa instituição no ano seguinte; ainda em 1897, passou a lecionar na Escola Normal da República, instituição na qual foi indicado para a cadeira de moral e cívica e, no ano seguinte, 1898, da qual tornou-se diretor interino; ainda em 1898, foi nomeado diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, cargo que ocupou por um ano e ao qual voltaria em outras oportunidades; lecionou nas cadeiras de Pedagogia e Psicologia Aplicada na Escola Normal; em 1904, participou, juntamente com Elycio de Carvalho, Rocha Pombo, Fábio Luz, José Veríssimo entre outros, da criação da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), instituição de ensino superior caracterizada por suas tendências anarquistas; em 1906, inaugurou, no *Pedagogium* o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil e, em 1907, assumiu uma vaga aberta na Câmara dos Deputados e, na condição de deputado federal pelo estado de Sergipe, buscou implementar alguns projetos que acreditava serem indispensáveis para sanar os problemas relacionados à educação no país. Apesar disso, suas propostas não obtiveram apoio e não foram implementadas. No ano seguinte, Bomfim

não conseguiu se reeleger (Aguiar, 2000; Botelho, 2002; Gontijo, 2003; Santos, 2017). Além disso, cabe notar que o médio sergipano recusou o convite para fazer parte do IHGB e, ainda que tenha cedido o espaço para o funcionamento da ABL dentro do *Pedagogium*¹ até que a construção de sua sede própria estivesse pronta, Bonfim recusou o convite para ser um de fundadores (Aguiar, 2000; Santos, 2017). Em 1905, Bomfim publicou o seu primeiro ensaio histórico-sociológico, *A América Latina: males de origem*.

Este artigo concentra-se na análise crítica e comparação de postulados contidos em duas publicações, os já mencionados *A Ilusão Americana* (1893) e *A América Latina: males de origem* (1905), escritas, respectivamente, por Eduardo Prado e Manoel Bonfim. Cabe destacar que essas duas publicações são separadas cronologicamente por doze anos da publicação de uma para outra. Ainda assim, ressalto que o movimento de pesquisa aqui empregado não teve sua potencialidade afetada (Faria, 2002), haja vista que os elementos que orientam esta investigação são as reflexões sobre o imperialismo norte-americano de ambos intelectuais, elemento que permite a comparação aqui avançada. Desse ângulo, justifica-se tomar a análise de Prado e Bomfim acerca da Doutrina Monroe como expressão embrionária do imperialismo estadunidense e suas consequências no sul do continente americano.

A Doutrina Monroe teve diferentes formas de entrada no seio da intelectualidade brasileira e latino-americana. Uns a interpretavam de maneira positiva, razão pela qual ficaram conhecidos como adeptos do Pan-americanismo monroísta; eles viam nesta doutrina as possibilidades de as jovens repúblicas latino-americanas escaparem de uma possível (re)colonização europeia. Outros intelectuais, entre os quais Eduardo Prado e Manoel Bomfim, viam nesta doutrina a pretensão de isolamento de todo o continente americano, o qual se tornaria área de exclusiva hegemonia dos Estados Unidos da América.

¹ Fundado no ano de 1890, por meio do decreto 667, de 16/08/1890, lavrado por Benjamin Constant, o *Pedagogium* foi uma instituição educacional, que inicialmente funcionou na Rua Visconde do Rio Branco, 13, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. No ano de 1897 foi transferido para a Rua do Passeio, 66, também no centro da cidade, onde funcionou até seu fechamento, em 1919. Joaquim José de Menezes Vieira (1890 a 1897) e Manoel Bomfim, entre os anos de 1897 a 1906 e de 1910 até 1919 foram diretores dessa instituição.

Nossas questões de pesquisa foram: o que os motivaram a formular suas análises críticas sobre o "imperialismo"? Quais saídas viáveis estes intelectuais apontaram para a América do Sul? Onde se cruzam e se distanciam suas reflexões? Qual a lição que podemos tirar de ambas as reflexões hoje? Para responder estas questões, recorreremos ao trabalho metodológico de revisão bibliográfica e ao método do *estudo comparado*, que, em alguma medida, possibilita-nos confrontar, igualar, equiparar as reflexões e narrativas de Eduardo Prado e Manoel Bomfim a fim de conhecer as diferenças e semelhanças nos postulados de ambos intelectuais. Contudo, apresentado nestes termos, entende-se que o estudo comparado é um instrumento analítico importante, pois nos permite analogicamente o reconhecimento do outro e de si mesmo pelo outro. Sinteticamente, a comparação é um processo de percepção das diferenças e semelhanças e requer assumir valores nessa relação de mútuo reconhecimento. Trata-se, portanto, de entender o outro a partir dele mesmo e, também, por exclusão, se perceber na diferença. Destarte, os métodos aqui empregados nos subsidiaram na comparação e análise crítica dos pressupostos apresentados por ambos intelectuais e também permitiram apresentar elementos que colocam, a nosso ver, a relevância das formulações tanto de Eduardo Prado quanto de Manoel Bomfim para entender alguns desajustes político-sociais internos das nações latino-americanas no passado e no presente.

Todavia, o que nos interessa aqui não é a exposição de forma exaustiva e diacrônica dos pormenores dos processos sócio-políticos que permeiam as discussões desta pesquisa e sim apresentar para o leitor uma breve contextualização de elementos centrais para a compreensão das reflexões de Eduardo Prado e Manoel Bomfim acerca das possibilidades ou não de manutenção da soberania (Bonavides, 2003) das repúblicas latino-americanas no momento em que a ingerência estadunidense se constituía uma máxima ao sul do continente (Schoultz, 2000). Por isso, de maneira proposital fizemos uma adaptação da consagrada frase do presidente mexicano José de la Cruz Porfirio Díaz Mori (1830 – 1915) que além de complementar o nome deste artigo, ilustra de maneira didática o que a política externa estadunidense orientada pela Doutrina Monroe representou de fato para a América Latina.

2. A doutrina Monroe e a gênese do imperialismo norte-americano

Na década de 20 do século XIX, os Estados Unidos da América começaram a abandonar o seu antigo *modus operandi*, mantido desde o momento de sua independência do domínio britânico no final do século XVIII. Após sua independência, os Estados Unidos tinham tomado para si uma política de isolamento para se distanciar dos interesses europeus (Sellers, May e McMillan, 1985; Moura, 1990; Schoultz, 2000; Mendes, 2005). Contudo, a política estadunidense passou a ser outra no mandato do presidente James Monroe (1758 – 1831), vigente no momento em que passaram a ocorrer movimentos de libertação das antigas colônias de exploração americanas, as quais se convertiam em jovens repúblicas. Naquele contexto, ainda existia o interesse por parte de nações europeias de reconquistar esses territórios, agora, independentes (Sellers, May e McMillan, 1985).

Neste sentido, num primeiro momento, a Doutrina Monroe representou a possibilidade de autonomia das nações latino-americanas frente às ameaças imperialistas europeias (Mendes, 2005). Na prática, entretanto, a “acción del presidente de EE.UU. James Monroe estaba dictada por los intereses de largo alcance de lograr una posición dominante en el Hemisferio Occidental” (Glinkin, 1984, p. 26). Nesse período, os Estados Unidos da América já se convertiam num importante ator político mundial e despontavam como uma grande potência industrial fora do continente europeu enquanto observavam os enfrentamentos de caráter expansionista alemão e japonês, por exemplo (Sellers, May e McMillan, 1985; Hobsbawn, 2012). Desde o início, a declaração contida na Doutrina Monroe apontava para além de possíveis intenções “altruístas” por parte dos norte-americanos. Na verdade, implicitamente, apontava para uma fração de zona de influência importante, a qual os Estados Unidos estavam reclamando para si (Sellers, May e McMillan, 1985; Moura, 1990; Schoultz, 2000; Mendes, 2005). Se por um lado existia uma preocupação com a reconquista das ex-colônias europeias, por outro, não se pode negar a dimensão dos interesses comerciais que os Estados Unidos nutriam nesses mercados (Junqueira,

2001). Agregue-se que, como salienta Lars Schoultz (2000), desde os anos 20 do século XIX já existia uma motivação em dominar as nações latino-americanas devido à existência de uma espécie de *mind-set* legitimado pelo naturalismo (Schwarcz, 1993; Botelho, 2013), que colocava as sociedades latinas como inferiores. Desta forma, é importante refletir sobre essas três dimensões - a política, a econômica e a cultural - de forma combinada para compreender os caminhos tomados pelos Estados Unidos da América, para que tenhamos elementos para analisar criticamente os seus efeitos na política interna dos países latino-americanos.

Na dimensão política e econômica, podemos destacar o aparecimento de novas forças expansionistas no século XIX. No limite, isso criava no imaginário estadunidense um receio perante sua estratégia isolacionista frente à prática de outras nações que, por meio de práticas expansionistas, buscavam uma posição de destaque no cenário político-econômico mundial no período. Assim, para não ficar para trás nesse processo que estava em curso no período, tornava-se necessário mudar a estratégia de sua política externa. Ou seja, na condição de uma potência industrial em via de consolidar sua condição de potência econômica, era necessário, como pensava a opinião pública norte-americana, garantir para o país uma zona de influência sobre estes mercados latino-americanos. Desta maneira, tal postura veio a se constituir, por assim dizer, um posicionamento político e econômico reativo às práticas expansionistas imperialistas de outras nações. Os Estados Unidos precisavam se alinhar a tal perspectiva e objetivamente a América Latina era a presa perfeita para tal empreitada imperialista (Sellers, May e McMillan, 1985; Moura, 1990; Schoultz, 2000; Mendes, 2005).

Segundo James Petras o imperialismo tem por finalidade a "criação de uma nova ordem social, uma ordem na qual as relações sociais estejam vinculadas à dinâmica da expansão e acumulação externamente induzidas" (Petras, 1980, p. 45). Mary Anne Junqueira reforça a assertiva de Petras (1980), pois, segundo ela, no que concerne ao caso estadunidense que

(...) com o êxito da sua industrialização, procurando assegurar o comércio fora do país e manter a hegemonia no hemisfério ocidental – os Estados Unidos se afirmaram como uma potência não-européia, tal como o Japão e a Rússia. Além da busca de novos mercados, o temor de que o avanço da colonização européia na Ásia e na África se voltasse também para as Américas levou os norte-americanos a procurarem dominar a América Central e as ilhas do Caribe. (Junqueira, 2001, p. 98-99)

No entanto, James Petras aponta um problema operacional no curso do imperialismo, que

(...) consiste em prevenir a decadência ou desintegração política através da criação de uma ordem política estável, na qual o controle social sobre a força de trabalho permita a existência de um fluxo contínuo de capital e a reprodução de relações sociais espoliativas. (Petras, 1980, p. 45)

Deste modo, a potencialidade de uma prática espoliativa e, sobretudo, de dominação, nos mais distintos âmbitos sociais e políticos passa também por dimensões de uma grande estrutura de convencimento (Petras, 1980; Baggio, 2000). Assim, a dimensão cultural se torna uma esfera importante a ser combinada com as esferas política e econômica.

A dimensão cultural aqui analisada consiste num movimento endógeno e exógeno, isso porque devemos analisá-la por meio de uma ação cognitiva estadunidense aceita socialmente como legítima (Moura, 1990). Por exemplo, existia também a legitimação destes postulados por populações de fora dos Estados Unidos, o que era conseguido por meio de uma série de instrumentos, como, por exemplo, o determinismo racial e climático e o Pan-americanismo (Baggio, 2000). Do ponto de vista endógeno, a concepção da superioridade estadunidense frente às populações latino-americanas foi um elemento central para a construção deste *mind-set* que, desde o início do século XIX, permeou o clima intelectual nos Estados Unidos e legitimou a expansão territorial estadunidense interna e externamente. Desta forma, o Destino Manifesto

(...) expressão jornalística que se popularizou rapidamente e que via a expansão territorial americana como um processo ilimitado, que não se deteria nas praias da Califórnia, mas avançaria pelo Pacífico afora e acabaria por dar a volta ao mundo! (...) Antes mesmo que se iniciasse a expansão nos oceanos, já começavam a se formar o clima de opinião pública e as justificativas religiosas, culturais, políticas e econômicas da nova expansão. (Moura, 1990, p. 14)

Junta-se ao Destino Manifesto a concepção de superioridade que os norte-americanos acreditavam ter perante as populações latino-americanas, conforme as explicações sociais de cunho biológico amplamente difundidas no século XIX (Botelho, 2013). Por isso, Falcon (2003) salienta a indissociabilidade da imbricação entre as

dimensões política, econômica e cultural, uma vez que as motivações imperialistas se ancoravam de forma conjunta na ideia de progresso, na exportação de capitais e na ideia de superioridade legitimada a partir das teorias deterministas de cunho étnico-raciais e geográficas, como por exemplo, o darwinismo social. Neste sentido, pode-se afirmar que a

(...) presença do Destino Manifesto, a existência de uma crença de que eram um povo "escolhido" e, ainda, a perspectiva preconceituosa em relação à América Latina são fatores por demais importantes para serem desconsiderados ou mesmo avaliados como mera construção decorrente da vontade de expansão econômica. (Mendes, 2005, p. 177)

Desta maneira, podemos afirmar que a adoção de uma prática imperialista por parte dos Estados Unidos da América se desenvolveu ao longo de um complexo processo no qual a articulação entre dimensões político-econômica e cultural é indissociável. Se do ponto de vista da consolidação da hegemonia estadunidense a mencionada prática imperialista foi primordial, por outro lado, representou algo catastrófico para a consolidação de uma política autônoma para a América Latina, pois colaborou para a consolidação de um quadro de dependência latino-americano, haja vista que seus elementos atestavam a superioridade de certas nacionalidades e a inferioridade de outras (Bomfim, 1905), o que permeou os debates intelectuais do período, e, sobretudo, aqueles ocorridos entre as elites intelectuais dos países egressos do sistema de exploração colonial. Por exemplo, no caso brasileiro, Kátia Gerab Baggio assinala que o

(...) debate sobre o pan-americanismo e as relações da América Latina - e, particularmente, do Brasil - com os Estados Unidos colocou importantes intelectuais brasileiros em oposição. De um lado, críticos da política expansionista dos Estados Unidos, como Eduardo Prado, Oliveira Lima, José Veríssimo e Manoel Bomfim. De outro, defensores ardorosos do pan-americanismo, como Joaquim Nabuco, Artur Orlando, Euclides da Cunha, Araripe Jr., entre outros, situando o tema como um dos mais frequentes do debate intelectual na virada do século. (Baggio, 2000, p. 1)

A aceitação do pan-americanismo por parte das elites intelectuais latino-americanas representou, no limite, a legitimação de uma relação coercitiva mobilizada para garantir, no interior das nações latino-americanas, a submissão das mesmas ao aceitarem um ideário "cuja particularidade consiste, neste caso, no facto de universalizar particularismos vinculados a uma experiência histórica singular, ao fazer

com que sejam desconhecidos enquanto tal e reconhecidos como universais” (Bourdieu; Wacquant, 2001, p. 156). Veio a legitimar a aceitação interna da dominação imperialista, por meio do eufemismo da “proteção” do continente americano (Bomfim, 1905; Prado, 1980).

A finalidade dessa seção não foi esgotar o exame de variadas análises em torno da temática aqui exposta, mas sim apresentar elementos que permitam o entendimento dos processos que levaram os Estados Unidos da América a abdicarem de uma política calcada no isolamento para se consolidarem como uma nação imperialista e, não menos importante, a compreensão de como esse processo objetivamente se constituiu, embora não o único, em um importante entrave para a política interna e o desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos.

3. Eduardo Prado e sua reflexão sobre o imperialismo estadunidense

O jurista paulista Eduardo Prado (1860 – 1901) foi um dos intelectuais brasileiros que, advindo de uma importante família da aristocracia agrária paulista, posicionou-se radicalmente em relação à política externa estadunidense. Prado era um crítico ferrenho do *Pan-americanismo* e também da suposta blindagem ao continente americano prometida desde a adoção da Doutrina Monroe. Eduardo Prado redigiu, entre setembro e outubro de 1893, o ensaio intitulado *A Ilusão Americana*, que configura-se um importante documento da fortuna intelectual do nosso pensamento social. Além disso, a *Ilusão Americana*, embora contenha uma crítica à adoção do regime republicano por parte do Brasil, visa especialmente apresentar ao leitor uma substancial crítica aos postulados das elites intelectuais brasileiras e latino-americanas que buscavam colocar lado a lado, como co-irmãs, as nações do sul do continente e os Estados Unidos da América. Ao longo do ensaio, além de demonstrar que há nesta tentativa uma miopia coletiva por parte destes intelectuais, incapazes ou desinteressados em notar as relações assimétricas entre os Estados Unidos e as demais nações americanas, Prado recorre a jornais estadunidenses, comentários de estadistas, técnicos e intelectuais norte-americanos e, por fim, apresenta uma gama de episódios

históricos, para demonstrar a ingerência dos Estados Unidos junto às nações sul-americanas. Põe, assim, por terra a suposta fraternidade pregada por setores das elites intelectuais latino-americanas e estadistas norte-americanos.

Essa relação de submissão dos estadistas sul-americanos aos Estados Unidos e sua política externa pode ser vista se tomarmos, como exemplos, os efeitos gerados pelo próprio ensaio *A Ilusão Americana*. Seus exemplares foram apreendidos pela polícia republicana. Como sustenta o próprio Eduardo Prado em seu prefácio à segunda edição do livro, publicada em Londres, *Ilusão Americana* "foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo, conspiração, crime, havê-lo escrito" (Prado, 1980, p. 15). Ainda que o autor fosse figura malquista pelos líderes republicano (Motta Filho, 1967), o seu ensaio de 1893 pouco trata dos por menores da República brasileira proclamada em 1889 e sim desnuda a Doutrina Monroe e a política externa norte-americana em seu falso ideário de cooperação e fraternidade em relação à América Latina. Como Prado deixa claro já nas primeiras linhas da primeira parte de *A Ilusão Americana*:

(...) é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo. (...) O fato de o Brasil e os Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância. (...) Onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente dever ter o mesmo governo? E onde é que a história nos mostrou que essas nações têm por força de ser irmãos? Em plena Europa monárquica não existem a França e a Suíça republicanas? Que fraternidade há entre a França e a Alemanha, entre a Rússia e a Áustria, entre a Dinamarca e a Prússia? Não pertencem estas nações ao mesmo continente, não são próximas vizinhas, e deixam, porventura, de ser inimigas figadais? Pretender identificar o Brasil com os Estados Unidos, pela razão de serem do mesmo continente, é o mesmo que querer dar a Portugal as instituições da Suíça, porque ambos os países estão na Europa. (...) A fraternidade americana é uma mentira. (Prado, 1980, p. 17-18)

Logo nesta altura de seu ensaio, Eduardo Prado aponta para algumas impossibilidades de ajuda mútua entre os Estados Unidos e o Brasil; o questionamento aos modelos de organização político-institucional padronizadas, e, não menos importante, assinalam por meio da exposição histórica das relações diplomáticas entre países, que é uma ingenuidade pensar em integração regional como mecanismo de

garantir certa autodefesa continental. Prado frisa essa impossibilidade em duas frentes: a primeira no que diz respeito à integração com os Estados Unidos da América e a segunda no que se refere à integração entre países latino-americanos. Em relação ao último ponto, Eduardo Prado recorre aos sucessivos eventos violentos ao longo da história latino-americana para apresentar a impossibilidade de a América Latina integrar-se para garantir a sua autodefesa. Como podemos observar na citação abaixo:

O México deprime, oprime e tem, por vezes, invadido a Guatemala, que tem sangrentíssimas guerras com a república do Salvador, inimiga rancorosa de Nicarágua, feroz adversária de Honduras, que não morre de amores pela república de Costa Rica. A embrulhada e horrível história de todas estas nações é um rio de sangue, é um contínuo morticínio. E onde fica a solidariedade americana, onde a confraternização das repúblicas? (...) A Colômbia e a Venezuela odeiam-se de morte. O Equador é vítima, nunca resignada, ora das violências colombianas, ora das pretensões do Peru. E o Peru? Já não assaltou a Bolívia, já não se uniu depois a ela numa guerra injustíssima ao Chile? E o Chile, já não invadiu duas vezes a Bolívia e o Peru, não fez um horroroso morticínio de bolivianos e peruanos na última guerra, talvez a mais sangrenta deste século? E o Chile não tem somente estes inimigos: o seu grande adversário é a República Argentina. Este país, que tem usurpado territórios à Bolívia, obriga o Chile a conservar um exército numeroso, e ninguém ignora que um conflito entre aqueles países é uma catástrofe que, de um momento para outro, poderá rebentar. O ditador Francia, o verdugo taciturno do Paraguai, que Augusto Comte coloca entre os santos da humanidade venerados no calendário positivista, por ódio aos argentinos e aos outros povos americanos, enclausurou o seu país durante dezenas de anos. A República Argentina é a adversária nata do Paraguai. López atacou-a, e ela secundou o Brasil na sua guerra contra o Paraguai. E que sentimento tem a República Argentina pelo Paraguai? Não há um só homem de estado argentino que não confesse que a suprema ambição do seu país é a reconstituição do antigo vice-reinado de Buenos Aires, pela conquista do Paraguai e do Uruguai. (...) Eis aí a fraternidade americana. (Prado, 1980, p. 18-19)

O que se observa em Eduardo Prado é que não está colocado o postulado da integração como instrumento efetivo para a autopreservação da autonomia latino-americana, haja vista que para ele não existiriam as bases para essa ampla aliança entre esses países. Neste sentido, ainda que o autor não formule tal pressuposto de forma explícita, Prado defende a construção de laços de cooperação entre as nações latino-americanas com as nações europeias como meio de se preservar diante da política externa dos Estados Unidos da América. Isso porque, ao longo de todo ensaio, Eduardo Prado sustenta que a preocupação dos estadistas norte-americanos é com a garantia dos interesses de seu país e não com o bem-estar dos países do sul do continente

Prado afirma que, desde os movimentos de independência destas jovens repúblicas latino-americanas, os Estados Unidos jamais se colocaram de maneira a apoiá-las efetivamente; segundo ele, esse "suposto apoio moral" veio do continente europeu. Desta forma, deve ser compreendido como nula a ajuda estadunidense a estes países. Entretanto, essa falta de posicionamento norte-americano, em determinados casos, contraditoriamente, convertia-se em reações hostis à independência de certos países que ameaçassem a manutenção do sistema escravocrata, pois a "política interior e exterior dos Estados Unidos estava subordinada aos interesses da *instituição peculiar*, eufemismo com que se costumava designar a escravidão" (Prado, 1980, p. 28). Em relação a questão, Eduardo Prado traz como exemplo o caso de Cuba, a colônia que os Estados Unidos da América se esforçava ao máximo para impedir a independência, e com a possibilidade da França, na época em guerra contra a Espanha, enviar até à ilha do Caribe uma expedição para se apossar da ilha. México e Colômbia teriam lembrado os Estados Unidos das promessas contidas na Doutrina Monroe. Eis a resposta obtida, segundo Prado (1980):

Henry Clay respondeu que a mensagem continha com efeito uma promessa, mas que os Estados Unidos a tinha feito a si mesmos e não a um outro país, e que por isso nenhum país tinha o direito de exigir o cumprimento da mesma promessa. (Prado, 1980, p. 29)

Desta forma, começamos a ter pistas valiosas sobre de que maneira a Doutrina Monroe converteu-se em expressão fundamental do imperialismo estadunidense na interpretação de Eduardo Prado. Como ele mesmo afirma, "os Estados Unidos não estavam por forma alguma dispostos a fazer suas as brigas da América Latina com as potências européias" (Prado, 1980, p. 30). O que ela, a Doutrina Monroe, representaria de fato seria um "salvo conduto" para os norte-americanos terem a preferência nas ações de dominação nas mais variadas ocasiões surgidas ao longo da história da América Latina, intuição que essa mesma história se mostrou correta (Sellers, May e McMillan, 1985; Moura, 1990; Schoultz, 2000; Mendes, 2005). Todavia, partes das elites intelectuais e estadistas destas jovens repúblicas latino-americanas, ingenuamente ou não, não a entenderam desta forma. O certo é que acreditaram nas promessas de fraternidade e proteção.

A defesa ou a confiança nos pressupostos contidos na Doutrina Monroe por parte de estadistas latino-americanos causou perdas enormes para a América Latina. De humilhações a perda de territórios; de perda de vidas latino-americanas a péssimos acordos bilaterais; de ingerências na política interna das repúblicas latino-americanas a vista grossa sobre a tomada de territórios latino-americanos por parte de potências europeias (Prado, 1980). Tais processos evidenciam o quanto o *slogan* “A América para os americanos” se apresenta falso e constitui um eufemismo para suas intenções implícitas. Eduardo Prado, neste ponto, compreendeu como poucos as reais motivações norte-americanas, como evidencia seu ensaio *A Ilusão Americana*, que demonstra com clareza no que se resumiu a *Doutrina Monroe* para a política interna e externa da América Latina.

Na condição de um intelectual monarquista, outro elemento importante para se pensar a motivação de Eduardo Prado em desnudar as contradições da ideia de fraternidade americana materializada na Doutrina Monroe foram as atitudes imitativas das nações latino-americanas, nas quais seus estadistas republicanos tentaram transplantar elementos culturais estranhos (Sodré, 1965) para a cultura política dos países sul-americanos, o que resultou na adoção das fórmulas estadunidenses, a renegação das “tradições da sua raça e da sua história, sacrificadas ao princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo” (Prado, 1980, p. 52). Ainda que caiba uma maior problematização neste ponto, é inegável um dos efeitos que tal atitude cognitiva gerou a América Latina: a legitimação das ações estadunidenses no hemisfério sul, seja do ponto de vista cultural, seja dos pontos de vista político e econômico. Deste modo, resignificando Paulo Freire (1973), a aceitação dos dirigentes latino-americanos da manipulação e conquista embutidos nos postulados norte-americanos devido à promessa de proteção e fraternidade americana são ótimos instrumentos para a domesticação de seus países, cada vez mais distantes da libertação. De maneira bastante coerente, Eduardo Prado consegue expor este movimento em seu ensaio, texto em que assinala quais eram as reais intenções dos Estados Unidos: manipular, conquistar e dominar a América Latina. Para exemplificar sua tese, Eduardo Prado cita a fala do famoso jurista e senador estadunidense, William Maxwell Evarts.

Eis o que dizia o Sr. Evarts, entre as gargalhadas dos ianques e os sorrisos, amarelos dos mexicanos: “A doutrina de Monroe é por certo boa cousa, mas, como todas as cousas boas antiquadas, precisa de ser reformada. Essa doutrina resume-se nesta frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um aditamento: Para os americanos, sim senhor. Mas, entendamo-nos, para os americanos do Norte (...). Comecemos pelo nosso caro vizinho, o México, de que já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo (...). A América Central virá depois, abrindo nosso apetite para quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mapa vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom garfo; há de devorar o presunto (...). Isto é fatal, isto é apenas questão de tempo. A bandeira estrelada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro. Um dia ela flutuará única e ovante do Pólo Norte ao Pólo Austral”. Comentários são estes do sentimento geral do povo americano. (Prado, 1980, p. 57-58)

Do ponto de vista político-econômico, Eduardo Prado sustenta que as “classes plutocráticas” estadunidenses apresentavam características antiliberais quando se tratava do desenvolvimento do seu mercado interno, haja vista que o monopólio em detrimento da livre-concorrência e as altas tarifas alfandegárias eram as pedras de toque do mercado norte-americano. Isto prejudicaria a vida da classe trabalhadora estadunidense, pois, segundo Prado, “a concorrência universal lhe traria com o forçado abaixamento dos preços” (Prado, 1980, p. 126). Desta forma, Eduardo Prado sustenta que todo o desenvolvimento industrial estadunidense só foi possível por meio de práticas antiliberais que não beneficiavam a classe trabalhadora norte-americana. Se, por um lado, foi o “protecionismo que permitiu nos Estados Unidos a criação das imensas fortunas industriais, [e] trouxe também o encarecimento da vida” (Prado, 1980, p. 126); por outro lado, os “plutocratas americanos não se satisfazem já com o mercado nacional que o protecionismo lhes entregou” (Prado, 1980, p. 126). Assim, o domínio externo sobre a América Latina como um todo se apresentava como estratégia para a política externa norte-americana.

Entretanto, somente as necessidades estratégicas do ponto de vista político-econômico não facilitariam a empreitada estadunidense. Para isso, teria colaborado, segundo Prado, a legitimação interna e externa da superioridade norte-americana enquanto nação e povo. Assim, esse *mind-set* dos norte-americanos, segundo o qual são “superiores” perante as demais nacionalidades americanas, fazia com que, de acordo com Eduardo Prado, nos “Estados Unidos, a palavra – América – significa a parte do novo continente que obedece ao governo de Washington” (Prado, 1980, p.

154). Para o autor de *A Ilusão Americana*, seria impossível conceber simpatias entre estadunidenses e latino-americanos devido ao desprezo nutrido pelos norte-americanos em relação às nações e populações latino-americanas. Essa atitude mental explicaria a razão pela qual, para os norte-americanos, era “motivo de chacota o haver países como México, Venezuela, Colômbia e um outro que conhecemos, que tem a petulância de se intitular Estados Unidos” (Prado, 1980, p. 154).

Esse amor-próprio dos norte-americanos, contraposto ao desprezo às outras nacionalidades americanas, se expressava com grande clareza por meio do racismo mobilizado contra os demais povos. O racismo é um dos elementos centrais para se pensar na legitimação das práticas imperialistas (Arendt, 1989), pois é por meio da aceitação de uma inferioridade nata em relação a um outro que se justificaria a subjugação dos membros de raças tidas como inferiores. Não menos importante, esse pensamento se refletia nas relações estabelecidas entre os Estados Unidos da América e os demais países latino-americanos. Em *A Ilusão Americana* há uma gama extensa de exemplos que tratam deste tipo de relação, como, por exemplo, dois episódios envolvendo instituições militares, imprensa e o executivo nacional. No primeiro episódio, menciona-se o tratamento hostil e preconceituoso por parte da imprensa e do governo estadunidense com a marinha brasileira:

(...) em 1890, chegou a Nova Iorque uma esquadilha brasileira que, segundo diziam os jornais do Rio, ia participar ao governo americano a proclamação da república e apresentar os cumprimentos do novo governo ao presidente dos Estados Unidos. (...) Com a precipitação com que foi organizada a esquadilha, esqueceram-se no Rio de que os navios iam chegar a Nova Iorque em pleno inverno. O frio em 1890-91 foi intensíssimo e os pobres marinheiros, vestidos ligeiramente, sofreram imenso. O governo americano forneceu-lhes roupas grossas e cobertas. Era de ver como os jornais de Nova Iorque noticiavam estes fatos. Uns descreviam os negros brasileiros chorando de frio, escondidos no porão, os navios abandonados, o convés não varrido, os oficiais com frieiras nos pés, enfim, um destroço completo. Tudo isto acompanhado de ditos picantes, e de uma insistência enorme nos fatos com que o governo americano estava acudindo à miséria e a desgraça daqueles maltrapilhos. (Prado, 1980, p. 155-156)

Já no segundo episódio ocorreu no Brasil e envolvia militares estadunidenses e o primeiro presidente brasileiro Deodoro da Fonseca:

No mesmo ano, veio uma esquadra americana ao Rio, dizendo-se que vinha *expressamente* cumprimentar o governo. O Generalíssimo Deodoro convidou-os para um baile; o comandante da esquadra pediu-lhe que

apressasse o baile, e como houvesse alguma demora, a esquadra partiu sem querer esperar pelo tal baile. (Prado, 1980, p. 156)

Notemos que, por meio das duas citações acima, Eduardo Prado exemplifica as relações assimétricas estabelecidas entre as instituições norte-americanas e sul-americanas, como também o racismo impregnado, naturalizado, na sociedade estadunidense. Destarte, a assertiva de Prado nos parece correta, pois, por meio da análise crítica de *A Ilusão Americana*, fica claro que não existia fraternidade alguma entre o "colosso" do Norte e os seus vizinhos, na sua maioria, latinos. Por tudo isso, Eduardo Prado se posicionou na contramão do pan-americanismo. Neste sentido, não foi somente a sua simpatia pela monarquia que o afastou da defesa de um alinhamento aos pressupostos liberais e republicanos dos Estados Unidos em detrimento do alinhamento as monarquias europeias, mas também as sucessivas ingerências e abusos por parte dos Estados Unidos na América Latina. Estes são os principais fatores que colocaram Prado numa posição de rejeição às construções ideológicas que sustentavam a fraternidade entre os estadunidenses e os latino-americanos.

Ainda que a preocupação do intelectual paulistano não tenha sido fazer de *A Ilusão Americana* um estudo de psicologia social, como faria posteriormente Manoel Bomfim em *A América Latina: males de origem*, em seu livro, Prado (1980) demonstra o quão negativa era a imitação de elementos estranhos de outras constituições, em especial a norte-americana, por parte das elites políticas e intelectuais latino-americanos, que os incorporavam nas constituições nacionais de seus países. Particularmente, porque isso era feito sem considerar os percursos históricos distintos destas nacionalidades (Boas, 2010). Este movimento pode ser observado segundo Eduardo Prado (1980) em diferentes instâncias da vida social: desde a administração pública até o imaginário coletivo da população; da assimilação de novas estratégias de violência, tormentos físicos e psicológicos até o aperfeiçoamento de práticas de corrupção. No limite, a adoção destes pressupostos por parte das elites intelectuais e políticas latino-americanas facilitou o trabalho de dominação político-econômica e social por parte dos estadistas norte-americanos. A Doutrina Monroe e todas as suas promessas não correspondiam a estratégias de cooperação e fraternidade, mas sim à

busca de dominação das nações latino-americanas. Eduardo Prado expõe esse eufemismo sob o signo de promessa de Monroe por meio da redação do famoso pai fundador e primeiro presidente dos Estados Unidos da América, George Washington:

“... constantly keeping in view that it is folly in one nation to look for disinterested favours from another; that it must pay with a portion of its independence for whatever it may accept under that character. There can be no greater error than to expect or calculate upon real favours from nation to nation.” (Prado, 1980, p. 181. Nota de rodapé)

Como inscrito no conselho de George Washington, como Eduardo Prado bem o percebeu, em nenhum momento entrou realmente na pauta diplomática norte-americana a ajuda e a proteção a todo o continente. Na prática, o que ocorreu foram intimidações - às vezes às potências militares e industriais europeias- e a consolidação política, econômica e social dos Estados Unidos ao longo do continente americano, além da ampliação de seu próprio território. Por conta disso, a Doutrina Monroe pode ser compreendida como uma expressão do imperialismo norte-americano, pois, sem ela, os Estados Unidos da América, por um lado, não teriam garantido a consolidação de sua hegemonia e, por outro lado, teria impedido que outras nações americanas tivessem uma condição de submissão. Ainda que com posições políticas, por vezes contraditórias, Eduardo Prado compreendeu e descreveu de forma coerente em seu ensaio de 1893, *A Ilusão Americana* o que foi a política externa norte-americana e os seus efeitos reais, que constituiu-se, se não o único, em um importante entrave para o desenvolvimento autônomo das nações latino-americanas.

4. Manoel Bomfim e sua reflexão sobre o imperialismo estadunidense

O médico sergipano Manoel Bomfim foi um importante intelectual brasileiro e, assim como o jurista Eduardo Prado, também rejeitou o pan-americanismo e a possibilidade de fraternidade e proteção dos Estados Unidos em relação à América Latina (Bomfim, 1905; Santos, 2017). No entanto, é importante salientar que Bomfim segue linha de pensamento diferente daquela presente nos postulados de Eduardo Prado em *A Ilusão Americana*, livro escrito em 1893 com intuito de questionar o

caráter dos regimes republicanos latino-americanos alinhados aos Estados Unidos e também apontar o eufemismo da fraternidade e proteção do continente por meio da Doutrina Monroe como uma estratégia de dominação norte-americana para com o resto do continente americano.

Em *A América Latina: males de origem*, livro publicado pela livraria francesa H. Garnier em 1905, Manoel Bomfim revela interesses mais amplos do aqueles presentes no ensaio de Eduardo Prado. Em seu livro, o médico sergipano buscou compreender as origens dos males latino-americanos originados tanto por questões externas - colonização espoliativa, relação assimétrica entre metrópole e colônia, herança cognitiva dada pelo colonizador e etc. – como por questões internas - conservadorismo essencial, transplantação cultural, assimilação e imitação de elementos estranhos as novas nacionalidades agora livres e etc. Entretanto, ainda que Bomfim tenha se preocupado com essas variadas dimensões para desvelar os males latino-americanos, a crítica ao imperialismo estadunidense se destaca em seu trabalho histórico-sociológico inaugural (Bomfim, 1905).

Nele, suas motivações centrais, para as reflexões que desembocaram no livro, foi, por um lado, a visão estereotipada que os europeus tinham sobre as populações latino-americanas e, por outro, o reconhecimento das inúmeras riquezas naturais existentes nestas regiões, o que motivaria a tutela europeia (outro eufemismo) que, na prática, justificava a intervenção e dominação dos fracos pelos fortes (Bomfim, 1905). Portanto, ainda que o preconceito fundado em critérios étnico-raciais tenha sido a justificativa de uma possível retomada da dominação europeia no continente, Bomfim observou que a proteção norte-americana prometida ao continente americano por meio da famosa Doutrina Monroe tinha elementos similares aqueles presentes nos raciocínio estereotipados dos estadistas europeus. Desta forma, as construções teóricas racistas permeavam não só o ideário europeu, mas também o ideário norte-americano, e justificaram de igual maneira as práticas imperialistas das potências dos dois continentes. Como afirmou Hannah Arendt sobre este entrelaçamento:

A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. (...) o racismo reforçou a ideologia da política imperialista. O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, dificilmente teriam

sido capazes de transformar o racismo em ideologia. Em meados do século XIX, as opiniões racistas eram ainda julgadas pelo critério da razão política (...) (Arendt, 1989, p. 188)

Do ponto de vista externo, as incertezas sobre a soberania das repúblicas latino-americanas tinham outros entraves, não somente a ingerência das potências europeias, mas também a Doutrina Monroe. Para Manoel Bomfim (1905), nessa doutrina haveria uma “meia conquista” já em curso por parte dos Estados Unidos da América sobre os países latino-americanos, pois ela permitiria a ingerência estadunidense nas tomadas de decisão das nações latino-americanas. Essa situação, na qual a América do Sul ia se convertendo num grande protetorado da rica nação do norte, colocava-nos numa condição subordinada frente aos interesses estadunidenses e nos manteria numa situação de permanente ameaça diante do imperialismo norte-americano. Nos termos de Bomfim:

São os Estados-Unidos que, por ora, nos protegem e nos garantem. Ora, em verdade, nem é por méria generosidade que as grandes nações estendem a sua *protecção* ás outras, nem é por feia ingratidão que os povos dignos dispensam os protectores. <Protecção> já é meia conquista, e um povo ou uma nação só se póde considerar livre e soberano quando por si mesmo se garante, e é bastante forte para defender-se e bastante caracterizado e culto para não se deixar assimilar ou eliminar. As Nações da America latina não podem acceitar, contentes ou resignadas esta condição de protegidas, porque ella terá como resultado fatal a absorpção progressiva da nossa soberania, por parte dos mesmos Estados-Unidos. Tal situação se resolverá finalmente por um protectorado effectivo, e pela ingerencia da mesma Republica nos nossos negocios internos. Tudo isto é perigosíssimo, porque, em certos momentos, as grandes nações não sabem resistir ás tentações de expansão e absorpção, principalmente esses povos anglo-saxonios. (Bomfim, 1905, p. 342)

Na leitura de Manoel Bomfim, se a finalidade da Doutrina Monroe era “proteger” as nações latino-americanas, tal atitude levaria inevitavelmente à perda paulatina de soberania por parte dessas nações, reforçando, assim, uma contínua situação de dependência em relação aos Estados Unidos da América. No limite, caberia aos estadunidenses as decisões político-estratégicas a respeito da continuação da “protecção” e/ou pela anexação e intervenções militares de acordo com seus próprios interesses. Bomfim não acreditava que os norte-americanos iriam se

contrapor aos interesses imperialistas europeus em nome de uma suposta "soberania americana".

Portanto, Manoel Bomfim viu na adoção da Doutrina Monroe uma demonstração do poderio e do orgulho norte-americano. Ao descrever a adoção do monroísmo pelos latino-americanos, ele a compreendeu como um elemento problemático, que no futuro seria responsável pela perda de soberania, podendo até mesmo comprometer a existência política dessas jovens repúblicas. Para Bomfim, a "soberania de um povo está anulada do momento em que ele se tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos, a América do Norte, fatalmente, absorvendo-nos" (Bomfim, 1993, p. 45).

Portanto, Manoel Bomfim compreendeu o monroísmo de forma negativa por conta da visão preconceituosa dos estadunidenses diante de todos os sul-americanos, o que o aproximaria à visão dos europeus sobre os últimos. Ou seja, assim como os europeus usavam de preconceitos, eufemismos e estereótipos para caracterizar-nos, os norte-americanos corroboravam com as mesmas interpretações da América Latina e suas populações. Por isso, o médico sergipano assinalava, que é por

(...) ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos; e é este um dos graves inconvenientes da atitude malévola e agressiva da Europa. A perspectiva de um ataque nem por isto desaparece; nada nos garante que a grande República queira manter, para sempre, esse papel de salva guarda e defesa das nações sul-americanas. (Bomfim, 1993, p. 44)

Desta maneira, não distante do conselho de um dos fundadores da nação norte-americana, George Washington, como vimos anteriormente, Manoel Bomfim percebeu os processos que criaram as estruturas que possibilitaram o imperialismo estadunidense consolidar-se; para isso, colaboraram tanto estratégias externas - por parte dos estadistas e ideólogos norte-americanos -, como também a aceitação de certos pressupostos ideológicos pelos grupos e intelectuais latino-americanos que legitimavam uma pretensa superioridade dos norte-americanos. Assim, nos escritos de Manoel Bomfim, pensar a gênese do imperialismo estadunidense implica uma reflexão crítica sobre o alinhamento político junto àquela nação, difundido pela ideia de cooperação tal como presente na ideia de pan-americanismo. Implica também pensar nas teorias pseudocientíficas em torno da raça e do clima (Bomfim, 1905).

Ainda que a aceitação destes postulados não expliquem totalmente essa relação, no limite, aponta para a facilitação das estratégias político-econômicas e culturais de dominação norte-americana. Tomemos, como exemplo, o fragmento jornalístico extraído do jornal *O Paiz*, do dia 17 de abril de 1906, no qual se apresenta um dos postulados de Manoel Bomfim e o contrapõe ao de outro intelectual latino-americano que acreditava na dominação norte-americana como meio para a solução dos problemas latino-americanos. Assim diz o fragmento da matéria jornalística:

O Dr. Manoel Bomfim é, entre os nossos pensadores, uma das mais fortes e das mais nitidas personalidades. Ainda não ha muito compendiou e desenvolveu num livro vigoroso, *A America Latina*, o resultado do seu estudo e de sua meditação sobre os males e os remedios da America Latina, contrapondo se ao Sr. Zumeta, que tratou o mesmo assumpto em folheto de larga repercussão, a que deu o titulo de *Continente enfermo*, receitando-lhe ferro – o ferro dos novos americanos. O Dr. Bomfim prescreveu-lhe como remedio – o augmento e a diffusão da instrucção, o que se não exclue, lhe deve ser applicado simultaneamente com aqueile receituario. (Santos, 2017, p. 140, *apud*, O Paiz, 1906, sp)

Manoel Bomfim se preocupava igualmente com as dimensões interna e externa para refletir sobre a constituição de práticas embrionárias que se consolidariam na materialização de práticas imperialistas. Ao se combinarem a legitimação de pressupostos imutáveis, no que concerne à superioridade de uns e à inferioridade de outros, e a aceitação passiva de proteção continental, teríamos como resultado, sustentava Bomfim (1905), a absorção e assimilação dessas nações ao modo de vida ou a sociabilidade vivida no norte do continente americano. Ou seja, implicaria a perda efetiva da soberania nacional e territorial. A união entre este elementos internos, motivados pelo conservadorismo essencial², e os elementos externos, vinculados a

² O conservadorismo essencial é uma questão central em *A América Latina: males de origem*, pois é um elemento do caráter latino-americano adquirido por meio da herança e educação transmitidas a nós no processo de colonização do continente. Segundo Bomfim, entre as qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e mais interessante – por ser a mais perversa – é um *conservantismo*, que, se não se pode dizer obstinado por ser, em grande parte, algo inconsciente, pode ser compreendido como um *conservantismo essencial*, mais afetivo que propriamente intelectual. Partindo dos pressupostos de Manoel Bomfim, o elemento gerador de visões societárias e de atuações estatais incompatíveis com o desenvolvimento saudável das repúblicas latino-americanas. Isso ocorre porque o conservadorismo essencial perpassa toda a vida social, nas mais variadas esferas, de modo que não se materializa somente nas dimensões políticas, mas na manutenção dos instrumentos obsoletos de produção, no trato com os diversos estratos sociais, no *modus operandi* das instituições, na impossibilidade de ampliação de direitos sociais, etc. Nesse sentido, o conservadorismo materializa-se como entrave para um projeto de modernização que não esteja alinhado ao passado e também por outro lado, é efetivamente foi um obstáculo para o progresso social das jovens repúblicas da América do Sul. Todavia,

estratégias de dominação norte-americana, em *A América Latina* (1905) podem ser demonstrados por meio do exemplo do México, país sobre o qual diz Manoel Bomfim

(...) que em 1831, por um golpe de Estado, é proclamado o regimen centralizador; o Texas e outras provincias limitrophes protestam, insurgem-se; offerece-se a occasião aos Estados-Unidos para intervir; declara-se uma guerra externa; o Mexico é vencido, e, devido a esta façanha dos conservadores-unitaristas, perdem-se algumas das mais ricas provincias – Texas, Novo Mexico e Alta-California, annexadas definitivamente á União americana – pois que a doutrina de Monróe não interdiz <que terras da America sejam conquistadas pelos *americanos*>. (Bomfim, 1905, p. 321)

Desta forma, doze anos após a publicação de *A Ilusão Americana*, Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem*, percebe o falseamento ideológico de fraternidade e proteção contido na Doutrina Monroe sobre o continente americano. Em Bomfim ainda que implicitamente, a doutrina também teria sido uma expressão embrionária dos interesses imperialistas no continente que só se concretizaram, por meio, da submissão de setores das elites intelectuais e políticas a tais interesses. Isso está colocado de modo muito claro em Manoel Bomfim. As possibilidades de se contraporem (as nações latino-americanos) as ingerências europeias e norte-americanas. Para o médico sergipano, seria necessário, em primeiro lugar, partir da auto-compreensão destas jovens nações egressas do sistema de exploração colonial, como pertencentes à América Latina. Neste sentido, uma integração das nações latino-americanas poderia constituir uma das estratégias de autopreservação da soberania nacional destas nações. Assim, o autor de *A América Latina* sugere as populações latino-americanas

(...) queiramos o que será a gloria de amanhã: uma America feliz, na clemencia do seu clima, no esplendor deste céu, inteligente, laboriosa e pacifica na communhão social, meiga e fraternal na expansão natural da instictiva cordialidade,

a explicação para a força do conservadorismo descrito no ensaio histórico-sociológico do médico sergipano concentra-se na tentativa de atualização de privilégios ancorada nas tradições do passado; por isso, Bomfim salienta que, onde quer que surja uma forma de oposição conservadora, há um privilegio que se quer manter. Por essa razão é que este conservadorismo resiste pura e simplesmente ao progresso, que, no limite, destruiria as vantagens dos grupos dominantes, e, também, afrontaria certos preconceitos e superstições. Ver Santos (2017).

apartada dos egoismos ferozes que aviltam outras civilizações.
(Bomfim, 1905, p. 429)

Portanto, em Manoel Bomfim a estratégia para a construção de uma política que garanta a sobrevivência das nações latino-americanas, no que concerne à manutenção de suas autonomias e soberanias, inevitavelmente passa por uma integração continental entre seus membros. Pautada numa relação de solidariedade entre todos os países latino-americanos, somente com essa coesão, as ações políticas, econômicas e sociais do subcontinente teriam chances de se estabelecerem de forma livre, sem a ingerência de potências imperialistas, sejam as europeias, seja os Estados Unidos da América.

5. Eduardo Prado e Manoel Bomfim: narrativas comparadas acerca da política externa estadunidense

Eduardo Prado e Manoel Bomfim fizeram parte de uma fração da intelectualidade brasileira marcada pela rejeição dos ideais pan-americanistas. Ambos apontaram em seus ensaios histórico-sociológicos o que estava posto como o ideal real por detrás da Doutrina Monroe em maior ou menor grau. Neste sentido, passaremos a indicar algumas reflexões que visam reconhecer possíveis aproximações e distanciamentos entre os dois pressupostos.

Ao analisar as narrativas contidas em *A Ilusão Americana* e em *A América Latina: males de origem*, observamos que ambas compartilham a ideia de que era falsa a ideia de fraternidade e cooperação norte-americana em relação à América Latina propagada pela Doutrina Monroe. Os dois intelectuais indicam em suas obras inúmeros episódios da história política que sugerem a existência de ingerência dos Estados Unidos da América na política interna das nações e, por conseguinte, a existência de um processo de consolidação do expansionismo norte-americano para a garantia de seus interesses nestes mercados, agora livres da dominação de suas ex-metrópoles europeias. Neste sentido, o que realmente teria sido garantido por meio do monroísmo foi a hegemonia estadunidense e a sua contraparte, a dominação

político-econômica e cultural sofrida pelas nacionalidades latino-americanas por parte dos norte-americanos.

É possível nova aproximação entre Prado e Bonfim quando refletimos sobre a dimensão da dominação norte-americana sobre a América Latina, ocorrida por meio da combinação de processos endógenos e exógenos. Tanto Eduardo Prado, quanto Manoel Bomfim, observaram movimentos duplos na construção e consolidação dessa política externa norte-americana, na qual haveria, embora houvesse um caráter expansionista que orientava as ações estadunidenses, também facilitação de ação devido à aceitação de membros das elites políticas e frações significativas das elites intelectuais latino-americanas destes postulados ideológicos orientados pela Doutrina Monroe. Entretanto, é necessário ressaltar: na análise de Eduardo Prado há um privilégio das ações estadunidenses sobre a receptividade de estadistas e intelectuais latino-americanos para a consolidação do imperialismo implementado pelos Estados Unidos; já em Manoel Bomfim, a junção entre estas dimensões aparece colocada de maneira mais equilibrada. Ou seja, para Bomfim, o imperialismo não seria tão efetivo sem uma significativa aceitação dos dominados, representados por estadistas e frações da intelectualidade latino-americana.

Por meio da pesquisa bibliográfica aqui empregada, pudemos constatar um ponto de distanciamento entre as duas reflexões. Esse ponto de distanciamento reside nas diferentes argumentações dos autores sobre os modos pelos quais a América Latina poderia tentar escapar desta submissão político-econômica induzida pela política externa norte-americana. Para compreender suas razões, é preciso entender suas escolhas políticas e societárias.

Ainda que não descrito explicitamente, Eduardo Prado rejeita a ideia de cooperação com os Estados Unidos da América, como também a ideia de solidariedade e cooperação entre as nacionalidades latino-americanas entre si, pois esta estratégia ação seria inviabilizada pelas tensões históricas construídas ao longo das trajetórias desses países. Desta forma, as possibilidades de um desenvolvimento autônomo e livre para a América Latina em Eduardo Prado seria um processo limitado. Defensor do regime monárquico para o Brasil e por enxergar nas monarquias regimes em seu período mais abertos ao diálogo do que as repúblicas (Oliveira, 2015), Eduardo Prado

parece sugerir de forma implícita uma tentativa de alinhamento individual dos países latino-americanos com as monarquias europeias.

Já Manoel Bomfim destacou, no fim de *A América Latina: males de origem*, um amplo receituário a ser seguido pelos estadistas latino-americanos para reverter os *males originais* adquiridos ao longo de séculos de exploração colonial e pelo processo civilizatório (Elias, 2011) incompatível com o desenvolvimento saudável das jovens repúblicas latino-americanas. Entretanto, no que concerne às barreiras erguidas para o desenvolvimento sul-americano pela política externa estadunidense e as suas sucessivas ingerências políticas, sociais e culturais sobre a América Latina, Bomfim, assim como Eduardo Prado, não negou as tensões históricas entre as nações latinas da América. No entanto, o médico sergipano, influenciado pelos postulados de solidariedade (Santos, 2017) do intelectual anarquista russo, Piotr Kropotkin (1842 – 1921), acabou privilegiando a pauta em torno da integração latino-americana como estratégia político-econômica para escapar da hegemonização norte-americana em todo o continente. Em síntese: em Bomfim, a união entre os países latino-americanos se constituía elemento fundamental para diminuir as chances de novas dominações próximas do tipo colonial, seja por parte dos Estados Unidos da América, seja por parte das potências imperialistas do continente europeu.

Conclusão

Ao longo do artigo, apresentamos pontos centrais das reflexões de Eduardo Prado e Manoel Bomfim sobre a Doutrina Monroe e a política externa orientada por ela. Segundo eles, os seus desdobramentos mostraram-se, na realidade, a expressão perfeita do imperialismo estadunidense nascente e se manifestaram como importantes entraves, embora não os únicos, para o desenvolvimento livre e autônomo de todas as nacionalidades da América Latina. Isso porque, como argumentavam Prado e Bomfim, a garantia de uma hegemonia no continente pressupunha a limitação das possibilidades de crescimento de seus vizinhos. Destaca-se, por exemplo, as teorias deterministas, sobretudo, as raciais, que orientaram a consolidação de uma ideologia que, além de munir as ações imperialistas e sua aceitação, limitaram as possibilidades de posicionamentos críticos das nacionalidades

latino-americanas. Neste sentido, o racismo científico teve um importante papel para a orientação e consolidação das práticas imperialistas, além de implementar uma ideologia que obteve aceitação expressiva no seio da intelectualidade e da classe política latino-americana.

Há grandes semelhanças nas narrativas de Prado e Bomfim no que concerne ao desvelamento do que estava colocado como ideário de ação política por detrás do monrismo. Por outro lado, as narrativas de ambos autores se distanciam quando se buscam apontar soluções e/ou caminhos a serem seguidos pelas repúblicas da América Latina; enquanto Eduardo Prado vê com bons olhos o desenvolvimento latino-americano atrelado a uma espécie de "protetorado monárquico" europeu Manoel Bomfim defende a solidariedade destas jovens repúblicas, que deveriam desenvolver uma concepção de pertencimento identitário latino-americano, o que poderia se materializar numa integração continental entre estas repúblicas como estratégia de auto-conservação e garantidora de um desenvolvimento autônomo.

Portanto, independentemente de suas distintas filiações ideológicas, os ensaios histórico-sociológicos aqui analisados representam documentos fundamentais para a compreensão do que representou, de fato, a Doutrina Monroe e os efeitos de sua orientação na política externa dos Estados Unidos da América sobre a América Latina. Hoje, esse processo perdura em outros termos. Mesmo levando isso em conta, podemos aproximar estas questões do passado às do presente. Como, por exemplo, na desestabilização de governos e movimentos políticos na América Latina. Assim, sugere James Petras (2017):

É fundamental compreender que Washington não esteve fora dos círculos de poder na América Latina durante todo este tempo. Temos que reconhecer que o presidente Lula e outros dirigentes de corte progressista mantiveram uma política que, em boa medida, partilhou o exercício do poder com as empresas multinacionais, os investidores de Wall Street e as cúpulas militares. Os mandatários progressistas nunca apostaram por uma ruptura radical com o velho regime, não desafiaram abertamente os Estados Unidos. (...) Vários presidentes latino-americanos pensaram que podiam tecer algumas alianças com Washington a fim de ganhar influência e, desta maneira, fazer avançar suas agendas sociais sem colidir com os norte-americanos. Utilizaram essas alianças com a Casa Branca como uma tática desde o final do século passado, em plena crise do neoliberalismo. Afinal de contas eles pensaram que era melhor compartilhar o poder no lugar de lançar uma ofensiva mais radical mas que poderia por em risco sua permanência no governo. (...) No entanto, se observarmos desde a perspectiva da Casa Branca, a situação foi muito diferente. Essa tática foi

utilizada pelos Estados Unidos para se reorganizar, acumular forças e, chegado o momento indicado, lançar um contra-ataque. Neste sentido, há que aceitar que os governos progressistas da América Latina cometeram um erro muito grave, em termos tanto táticos como estratégicos: desmobilizar as massas populares. (...) Os mandatários dos governos progressistas acreditaram que teriam a capacidade de manter sob controle a ingerência dos Estados Unidos na região latino-americana unicamente ao se sentar para negociar, fazendo uso da via diplomática. Lamentavelmente, uma vez desmobilizadas, as massas populares já não tiveram a força suficiente para fazer frente a esta nova ofensiva dos Estados Unidos. (Petras, 2017, sp)

Após todo o exposto, reforço novamente que os dois trabalhos são importantes documentos do nosso pensamento social e que, ainda hoje, possuem certa atualidade narrativa que permite-nos analisar as relações assimétricas entre os dois blocos americanos. Ambos os intelectuais aqui trabalhados produziram análises substanciais, que podem, ainda hoje, nos orientar a compreender como a política norte-americana se consolidou, não como o único, mas, inegavelmente, foi e, no limite, ainda é um importante entrave para o desenvolvimento autônomo das repúblicas latino-americanas. Portanto, devemos destacar o mérito destes dois intelectuais que rejeitaram os dogmas pan-americanistas, desvelaram os pressupostos monroístas e as ações danosas da política externa estadunidense maquiadas com as falsas promessas de cooperação e fraternidade para com seus vizinhos sul-americanos.

Referências bibliográficas

AGUIAR, R. C. 2000. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Topbooks.

ALVES FILHO, A. 2013. *Manoel Bomfim combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular.

ARENDT, H. 1989. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

BAGGIO, K. G. 2000. *Os intelectuais brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909 – 1919)*. *Anais eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC*, Salvador/BA, p. 1-7.

BASTOS, M. H. C. 2002. *Pro pátria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848 – 1897)*. Bragança Paulista/SP: Ed. Universidade de São Francisco.

BECKER, H. S. 1977. *De que lado estamos? In: BECKER, H. S. Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, p.122-136.

BOAS, F. 2010. *Antropologia Cultural*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

- BOMFIM, M. 1905.** *A America Latina: males de origem*. Paris: H. Garnier.
- _____. **1993.** *A América Latina: males de origem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks.
- BONAVIDES, P. 2003.** *Ciência Política*. 10. ed. (12ª tiragem). São Paulo: Malheiros.
- BOTELHO, A. 2002.** *O aprendizado do Brasil a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.
- _____. **2013.** *Cientificismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Achegas.
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. 2001.** "A nova bíblia de Tio Sam". In: CATANI, Antonio David (org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Petrópolis: Vozes, p. 156-161.
- _____. **2002.** *Sobre as artimanhas da razão imperialista*. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 15-33.
- ELIAS, N. 2011.** *O processo Civilizador volume I: Uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- FALCON, F. J. C. 2000.** "O capitalismo unifica o mundo". In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (orgs). *O século XX: o tempo das certezas - da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FARIA, L. de C. 2002.** *Oliveira Vianna De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- FELGUEIRAS, C. L. T. 2001.** "Os arquitetos do futuro. Os Estados Unidos segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, p. 141-165.
- FREIRE, P. 1973.** *Extensión o comunicación?* Argentina: Siglo XXI.
- GLINKIN, A. 1984.** *El Latinoamericanismo contra el Pan-americanismo*. Moscou: Progreso.
- GONTIJO, R. 2003.** "Manoel Bomfim, o "pensador da história" na Primeira República". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23. nº. 45, p. 129-154.
- HOBBSBAWN, E. J. 2012.** *A Era das Revoluções, 1789-1848*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- JUNQUEIRA, M. A. 2001.** *Estados Unidos – a consolidação da Nação*. São Paulo: Contexto.
- MENDES, R. A. S. 2005.** "América Latina – Interpretações da origem do Imperialismo norte-americano". *Proj. História*, São Paulo, n. 31, p. 167-188.
- MOTTA FILHO, C. 1967.** *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MOURA, G. 1990.** *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto.
- OLIVEIRA, L. L. 2015.** "Manuel Bomfim: autor desconhecido ou fora do tempo?". *Sociologia & Antropologia*. v. 5, n.3. Rio de Janeiro, dezembro, 2015. p.771-797.
- OLIVEIRA, R. P. 2015.** "Os usos do conceito de liberdade nos escritos antirrepublicanos de Eduardo Prado: um exercício de história intelectual". *Ágora*, Vitória, v. 02, p. 121-144.

PRADO, E. 1980. *A ilusão americana*. 5. ed. São Paulo: IBRASA.

PETRAS, J. 1980. *Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. **2017.** “EUA querem dominar o Brasil para ter todo o continente sob controle”. *Diário Liberdade*. Disponível em: < <https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/176794-james-petras-eua-querem-dominar-o-brasil-para-ter-todo-o-continente-sob-controle.html> > Acesso em 13 de jun. 2018.

SANTOS, P. S. dos. 2017. *Manoel Bomfim: voz dissonante do Pensamento Social Brasileiro*. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-graduação em Sociologia; Niterói, 192 fls.

SCHOUTZ, L. 2000. *Estados Unidos – poder e submissão*. Baurú/SP: Edusc.

SCHWARCZ, L. M. 1993. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das letras.

SELLERS, C; MAY, H; MCMILLAN, N. R. 1985. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

SODRÉ, N. W. 1965. *Ideologia do colonialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Tramitação do artigo na revista
Submetido: 21/08/2018
Revisões requeridas: 03/02/2019
Versão revista: 19/02/2019
Aceito: 07/03/2019